

subtrópicos

REVISTA DA EDITORA DA UFSC

MAIO 2014

#8

O KILAMBA E O QUILOMBO: DIÁLOGOS
BRASIL-ÂNGOLA • SAUDADES DE CINGAPURA
• A DITADURA E A ESCOLA EM SC •
IRAQUE, UMA HISTÓRIA A SER (RE)CONTADA
• A PÁSCOA DE BERNARDO • UM TESOURO
A CADA SEMANA • O SUICÍDIO COMO UMA
DAS BELAS ARTES • O BACANAL DE IVAN
CARDOSO • FOTOGRAFIA: LILIAN BARBON



FOTOS ILKA BOAVENTURA LEITE

O Kilamba e o Quilombo: diálogos Brasil-Angola

O desconhecimento e quase ausência de conteúdos curriculares sobre a África e as culturas afro-brasileiras contribui para a disseminação no Brasil das intolerâncias e dos conflitos raciais

ILKA BOAVENTURA LEITE,
MARCOS MONTYSUMA
E CRISTINE SEVERO

Nosso encontro com Angola se deu no ensejo da primeira missão científica do “Projeto *Kadila*: culturas e ambientes – diálogos Brasil-Angola”, desenvolvido pelo NUER/UFSC com apoio do Programa Mobilidade Internacional da CAPES/MEC e da UFSC. Essa missão nos conduziu ao Instituto Superior de Educação, situado na área denominada Kilamba, nas proximidades do campus da Universidade Agostinho Neto. A palavra Kilamba origina-se do termo quimbundo “Kilombo”, que quer dizer “reunião, ajuntamento de pessoas para comerciar ou se organizar militarmente para a defesa de determinado território ou região”. Ou, ainda, como registrou o famoso historiador português Cadornega, radicado em Angola

no século 17, o “Quilumbo” designava um juramento de fogo em local de iniciação ritual de jovens guerreiros. Kilamba, portanto, designa “alguém de coragem, chefe militar” e foi adotado como apelido de guerra por Agostinho Neto durante a Guerra de Libertação de Angola, em que se tornou o líder máximo, símbolo da nova nação. A palavra Kilamba, no contexto pós-Guerra de reconstrução de Angola, foi escolhida para nomear um imenso conjunto habitacional construído pelos chineses nos arredores de Luanda. Essa construção visa, entre outros, amparar o crescimento vertiginoso e acelerado do projeto de formação educacional desenvolvido pela Universidade Agostinho Neto. Nos diálogos entre Brasil e Angola, ao percorrermos a Kilamba, encontramos com o Quilombo, que no Brasil representa o grande projeto de conferir direitos territoriais aos africanos escravizados e seus des-

cendentes na atualidade. O Kilombo, portanto, no espaço próprio de cada lugar, quer dizer direito à terra e à cidadania, inclusão social e respeito aos direitos humanos.

Esta Kilamba que percorremos em nossa curta estadia não lembra em nada nossos conjuntos habitacionais, sobretudo pela qualidade dos edifícios e excelência de sua infraestrutura. Trata-se de um pequeno exemplo da Angola atual, que se encontra em grandioso projeto de reconstrução de diversos setores, tais como redes viárias, sistemas habitacionais, médico, econômico, político e cultural. A impressão que temos é que o país se transformou em um canteiro de obras, tomado como signo de uma mudança que sugere a velocidade com que os angolanos buscam superar e honrar com generosidade todas as vidas que foram levadas pelas guerras. Nesse contexto, o maior desafio para os angolanos, hoje, é reconstruir um sistema educacional que possibilite o fortalecimento de uma comunidade nacional sem a perda da riqueza cultural que advém dos diversos povos e culturas formadoras da nação.

Muito nos surpreendeu, nesta nossa passagem, o contato direto com as sonoridades linguísticas das chamadas “línguas angolanas” de origem bantu, as quais incluem o kimbundo, o kikongo, o umbundo

subtrópicos
REVISTA DA EDITORA DA UFSC MAIO 2014 #8

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Reitora Roselane Neckel
Vice-Reitora Lúcia Helena Martins Pacheco

EDITORA DA UFSC
Diretor Executivo Fábio Lopes da Silva
Conselho Editorial
Fábio Lopes da Silva (Presidente)
Ana Lise Brancher

Carlos Eduardo Schmidt Capela
Clélia Maria de Mello Campigotto
Fernando Jacques Althoff
Ida Mara Freire
Luís Alberto Gómez
Maria Cristina Marino Calvo
Marilda Aparecida de Oliveira Effting

Editor Dorva Rezende
Planejamento gráfico Ayrton Cruz
Foto da capa Ayrton Cruz
Revisão Aline Valim
Gráfica Rocha
Tiragem 1,5 mil exemplares

 **editora ufsc**

Campus Universitário — Trindade
Caixa Postal 476
88010-970 — Florianópolis/SC
Fones: (48) 3721-9408, 3721-9605 e 3721-9686
Fax: (48) 3721-9680
editora@editora.ufsc.br
www.editora.ufsc.br
www.facebook.com/editora.ufsc



e o tchoque, para mencionar as mais faladas. Tais línguas funcionam paralelamente ou de forma amalgamada ao português, a única língua oficial de Angola. Nesse contexto angolano de multilinguismo, um dos desafios das políticas linguísticas do país tem sido a valorização das línguas nacionais em contextos formais e oficiais, uma vez que o valor econômico e político da língua portuguesa tem, aos poucos, amortecido o significado simbólico e cultural das demais línguas. Além disso, a paisagem linguística inclui também o russo, o chinês, o iídiche, o espanhol, o inglês e o francês. Essas línguas, em conjunto com seus falantes muitas vezes bilingues ou multilingues, complexificam o cotidiano das comunicações, das trocas e dos processos de desenvolvimento educacional em curso no país.

No processo de preparação de nossa viagem a Angola, muito nos chamou atenção o depoimento de estudantes angolanos, que compartilham de nossa vida universitária, sobre sua experiência pluricultural e multilinguística em Angola e, mais especificamente, em Luanda. No âmbito dos diálogos educacionais e acadêmicos, busca-se, efetivamente, contribuir para o fortalecimento dos estudos sobre África, aproximando docentes e estudantes brasileiros e angolanos, com vistas a aprofundar o nosso interesse pela história da África e pelos estudos afro-brasileiros, aspectos consignados pela Lei 10.639/2003 (atual 11.645/08), que estabelece e incentiva o aprimoramen-

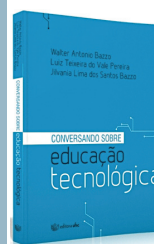
to desses conteúdos na educação brasileira. O desconhecimento e quase ausência de conteúdos curriculares sobre a África e as culturas afro-brasileiras constitui um dos fatores que contribuem hoje para o enfraquecimento do atual sistema de ensino e a disseminação no Brasil das intolerâncias e dos conflitos raciais.

O projeto *Kadila*, que nos conduziu à Angola, vincula-se ao NUER e surgiu como desdobramento do projeto *Olhares de África*, iniciado em 2007, em Moçambique. Em 2011, o NUER consolidou sua parceria com o CE.DO, Centro de Estudos do Deserto, associação civil de caráter científico, não-governamental e sem fins lucrativos, localizada em Namibe, sudoeste de Angola, e coordenado pelo prof. Samuel Rodrigues Aço, vinculado ao departamento de Antropologia da Universidade Agostinho Neto. O CE.DO tem se debruçado sobre a construção de conhecimentos sobre o deserto de Namibe, localizado nas fronteiras entre o sudoeste de Angola e a Namíbia. Trata-se de uma região praticamente inexplorada pelas pesquisas acadêmicas recentes, sobretudo tendo em vista a posição desta região no quadro de desenvolvimento da Angola contemporânea. A região está situada na área do Deserto de Kalahari, de clima semiárido, em que o ecossistema condiciona drasticamente qualquer tipo de atividade econômica ou de produção, fato que motiva movimentações transumantes. É nesse contexto que o CE.DO desenvolve atualmente o “Observatório da transumância”, cujo objetivo é obter um retrato detalhado do fenômeno da transumância no sudoeste de Angola.

A ótica inter e multidisciplinar que caracteriza o diálogo aqui proposto entre Brasil e Angola, de forma geral, e entre pesquisadores da UFSC, da UAN e CE.DO, de forma específica, busca um entendimento sobre a multiplicidade de fluxos e modalidades da experiência migratória em termos regionais, religiosos, linguísticos, literários, artísticos, bem como sobre as modalidades variadas da vida produtiva e comunal. Trata-se, com isso, de construir novas narrativas para a compreensão de fenômenos que extrapolam categorias pré-formatadas ou coloniais e que afetam Angola e Brasil de diferentes modos e com especificidades próprias.

Desde a Conferência de Berlim, em 1884-5, Portugal assumiu o controle oficial sobre as pessoas, as línguas e o território de Angola, área constituída a partir de desdobramento do Antigo Reino do Kongo. Angola e seu povo têm laços históricos e culturais profundos e indissociáveis com o Brasil. O reconhecimento disso na formação da nossa brasilidade nos trará, por certo, maturidade para lidarmos tanto com a nossa própria diversidade cultural — por muitas vezes silenciada —, como com os inevitáveis diálogos interculturais. Terminamos reafirmando os dizeres generosos de nossos anfitriões: “Somos irmãos”. ■

LANÇAMENTOS DA EDUFSC



Conversando sobre Educação Tecnológica

autores: **Walter Antonio Bazzo, Jilvania Lima dos Santos Bazzo e Luiz Teixeira do Vale Pereira**

Sem dúvida, o projeto do NEPET segue acanhado em alguns pontos e ambicioso em outros. São as questões de sempre. Nada de novo! É o eterno retorno do mesmo, como diria Nietzsche. Por um lado, ele é despretensioso, porque os principais eixos articuladores da discussão sobre a educação tecnológica que estão sendo esmiuçados pelo Núcleo já foram, de certa maneira, destacados em alguns artigos produzidos pelos autores. Por outro, é ambicioso na medida em que procura aglutinar as compreensões acerca da educação tecnológica e contribuir para o avanço e a solidificação da área naquilo que se refere à formação dos seres humanos, especialmente no tocante à docência e aos seus elementos constitutivos. As temáticas tratadas, portanto, fazem parte das preocupações diárias de um professor de tecnologia. Elas dizem respeito ao seu cotidiano como profissional da educação, porém muitas vezes ignoradas — talvez pela falta de conhecimento desses profissionais nas ciências humanas, talvez pela inexistência de material apropriado para encampar ou talvez pelas razões derivadas de suas vinculações/ inclinações político-ideológicas no campo científico.



Filosofia: Machismos e Feminismos

autoras: **Maria de Lourdes Borges e Márcia Tiburi**

Este é um livro sobre mulheres e filosofia ou sobre temas feministas na filosofia. A variedade que temos aqui faz jus à demanda. Nesta obra coletiva, há muitos assuntos, assuntos novos, assuntos antigos, temas que ainda nascem da pesquisa de cada uma, mas que em breve encontrarão o lugar do debate. São textos feitos de uma boa dose de coragem de sair dos temas aceitos pelo patriarcado, com o qual é sempre bom tomar cuidado.



As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda

autora: **Karin Strobel**

Este livro se organiza para desconstruir o estereótipo do outro e construir outros olhares sobre o ser surdo. Nesse sentido, convida o leitor a entrar na jornada dos surdos. Com propriedade, Karin Strobel pega o leitor pela mão e o conduz de modo a perseguir as trilhas dos surdos de um jeito surdo.

NOTAS UNIVERSITÁRIAS

► O perfil da Editora da UFSC no Facebook já conta com mais de 2 mil amigos. Associe-se você também, acessando em <https://www.facebook.com/editora.ufsc.5>

► A Editora da UFSC passa a contar com a versão em e-book de títulos do catálogo. Eles serão comercializados pela Livraria Virtual da FGV, em <http://www.editora.fgv.br/>



FOTO VICENZO BERTI/AGECOM UFSC

Saudades de Cingapura

O divórcio entre a UFSC e a cidade é um dilema real, que exige medidas urgentes

FÁBIO LOPES DA SILVA

[Outro dia, o jornalista Upiara Boschi, do *Diário Catarinense*, provocou-me com uma pergunta: “Parece que a UFSC e Florianópolis só lembram que vivem na mesma cidade quando acontece alguma polêmica que as relacione. A Editora da UFSC pode ajudar a aproximar as duas?”. Em resposta, escrevi o texto abaixo, que ele publicou parcialmente em sua coluna]

O divórcio entre a UFSC e a cidade é um dilema real, que exige medidas urgentes. Evidentemente a Universidade não é a única responsável por essa situação lamentável. Não é pequeno o papel que a elite política e econômica de Florianópolis, com seu culto à ignorância e à xenofobia, desempenha no processo. Em todo caso, como membro da comunidade acadêmica, prefiro destacar aqui os erros que a própria UFSC vêm cometendo nessa relação difícil e truncada com a cidade.

Paradoxalmente, o principal problema da UFSC decorre da competência de seus quadros. É que competência, na Universidade contemporânea, significa sobretudo especialização. Ora, o especialista é, no dizer de Ortega y Gasset, o bárbaro moderno. Trocando em miúdos, trata-se de alguém que sabe cada vez mais sobre cada

vez menos e que, além disso, pratica uma linguagem altamente técnica, esotérica, não compreendida nem mesmo por seus pares, especializados em outros assuntos. A rigor, não é só com a cidade que a Universidade não conversa. O rompimento do diálogo vigora entre os próprios professores, cada qual encerrado na bolha de seus interesses intelectuais particulares.

Foi com esse diagnóstico na cabeça que assumi a direção da EdUFSC. Uma das minhas obsessões é criar instrumentos de mediação entre a cidade e a Universidade. Como? O carro-chefe é esta *Subtrópicos*, que faz circular textos curtos, em linguagem não acadêmica, sobre problemas contemporâneos, escritos por gente da Universidade, mas também de fora dela. Com a revista, trata-se, claro, de projetar o nome da UFSC para além de seus muros. Mas não apenas isso: a ideia é convidar a Universidade a escrever e ler textos com que ela não está habituada a lidar, a respeito de temas que nem sempre são os seus preferidos. A ideia é, enfim, tentar modificar, por pouco que seja, a curvatura do discurso acadêmico, tirando-o do autismo a que ele está hoje preso.

Outra medida na mesma direção é o programa *Livro Aberto*, dedicado ao catálogo da EdUFSC, que recentemente passou a ser exibido pela TV UFSC. O que queremos é que autores, tradutores e comentadores dos livros da Editora sejam lançados em uma situação diferente da costumeira, em que tenham que falar a um outro público, de um outro jeito, no chamado “tempo de televisão”.

O trabalho nas redes sociais também é parte da nossa estratégia de aproximar a

Editora da cidade. Até uns meses atrás, o perfil estava com 200 amigos. Hoje, graças a postagens diárias, são 2 mil os associados. Uma das iniciativas mais bem-sucedidas em nossa página no Facebook é a série *Livro da Minha Vida*, na qual, semanalmente, em depoimento de um minuto gravado em áudio e vídeo, personalidades da cidade falam sobre o livro que mais os marcou.

Temos feito também um esforço de aproximação com a imprensa. Atualmente, os jornais, em média, publicam uma nota, notícia ou resenha sobre a EdUFSC a cada quatro ou cinco dias.

Resta falar um pouco sobre o próprio conteúdo de nosso catálogo de títulos. A EdUFSC, mercê do trabalho de seu brilhante corpo técnico, dispõe de um conjunto estuando de livros, primorosamente revisados e graficamente impecáveis. O que temos feito é tentar manter essa qualidade, mas tendo um olho sempre voltado à ampliação do círculo de leitores e à inclusão de cada vez mais pessoas em nossos planos. Daí a produção de livros como o do embaixador Bernardo de Azevedo Brito (*Iraque: dos primórdios à procura de um destino*), um intelectual não-acadêmico que hoje vive em Florianópolis. Daí o projeto, prestes a se concretizar, de lançar o primeiro video-livro do mundo dedicado ao público surdo. Daí as coedições que temos articulado com editores locais. Daí a manutenção de uma ideia genial de Sérgio Medeiros, ex-diretor da Editora: o calendário de concursos literários, que premia e publica jovens autores catarinenses. Daí a nossa Feira Semestral de Livros, invenção de Alcides Buss, que vende todos os nossos títulos com até 70% de desconto.

Em um belo poema, Joaquim Cardozo fala de sua saudade “dos homens que seriam seus amigos se tivesse nascido em Cingapura”. É dessa saudade que, na ilha dentro da ilha, padeço. Até que, um dia, quem sabe, Cingapura volte a se chamar Florianópolis e eu possa matar de vez essa saudade. ■

A despolitização do processo educacional catarinense, que teve seu auge no governo Konder Reis, foi complementada pelos planos, propostas e reformas das administrações que o seguiram



Pedro Ivo alterou o estatuto do magistério e demitiu 17 mil professores da rede pública estadual em 1988

A ditadura e a escola em SC

JÉFERSON DANTAS

No contexto do regime militar (1964-1985), o processo educacional catarinense foi totalmente despolitizado. Esta situação histórica teve seu auge no governo Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979), com a repressão desencadeada sobre os estudantes universitários, professores, profissionais liberais e trabalhadores de diferentes ofícios, que pudessem ser identificados como subversivos. Em novembro de 1975, entrava em ação a Operação Barriga-Verde, nos moldes da Oban (Operação Bandeirantes) de São Paulo. O objetivo desta operação era a identificação de comunistas em Santa Catarina e a consequente prisão, dentro dos parâmetros da Lei de Segurança Nacional. Oficialmente, foram 42 os presos políticos em Santa Catarina notificados pela 5.ª Região Militar de Curitiba, onde as ações repressivas eram idealizadas.

Diante deste panorama, durante o governo “biônico” de Jorge Konder Bornhausen (1979-1982) foi elaborado o 2.º Plano Estadual de Educação (1980-1983). Embora baseado no resgate da “qualidade de ensino” e na “importância da figura do professor”, este plano educacional não dava conta da crescente procura pelo ensino de 2.º grau na rede pública estadual, excluindo um elevado contingente de alunos por falta de investimentos na criação de novas escolas. Num cenário de organização política do magistério público catarinense, não interessava aos professores um plano educacional verticalizado, organizado por “comissões de alto nível”. Desta maneira, a greve do magistério catarinense em novembro de 1980, decidida em assembleia na cidade de Blumenau e

contando com a participação de pelo menos três mil professores – representando 57 municípios do estado –, levava adiante a vontade de seus agentes sociais em fazer valer um plano educacional alicerçado em bases democráticas.

As eleições para governador em todo o Brasil criaram muitas perspectivas em relação às mudanças sociais que poderiam ser promovidas com a escolha de lideranças mais sintonizadas com os anseios populares. Em Santa Catarina, Esperidião Amin venceu as eleições de 1982, representando o PDS (Partido Democrático Social), uma legenda dissidente da Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido do regime militar. Amin diferenciava-se bastante de seu opositor nas eleições de 1982, Jaison Barreto (PMDB), já que este último tinha uma forte vinculação com os movimentos populares, além de defender o “Estado de Direito”, o que assegurava a liberdade de expressão, fim da censura, convocação de uma nova assembleia constituinte, direito de greve etc.

Com a crescente *politização educacional*, as oligarquias em Santa Catarina precisavam reformular ou “modernizar” o seu discurso, incluindo em sua pauta os desfavorecidos ou os “pequenos”. Contudo, o governo Pedro Ivo Campos (1987-1990) alterou o estatuto do magistério na matéria relacionada às eleições diretas para diretores, garantindo, de maneira retrógrada, a nomeação de diretores de escola pelo aparelho governamental. Revogou a existência dos Conselhos Deliberativos nas instituições de ensino através do decreto n.º 911 de 19 de novembro de 1987, criando os Conselhos Comunitários – uma mera assessoria sem força de veto e com a participação restrita de

professores, especialistas e estudantes. Em represália aos professores “desviantes”, seu governo autorizou a demissão em massa de 17 mil professores da rede pública estadual no ano de 1988. Isto ocasionou sobrecarga de trabalho para os professores que permaneceram nos estabelecimentos de ensino, salas de aula superlotadas e a coação destes mesmos educadores para lecionarem disciplinas para as quais não estavam devidamente habilitados.

Assim, as reformas educacionais na década de 1990 em Santa Catarina passaram por um “remodelamento conceitual”, ganhando na gestão de Pedro Ivo Campos a formulação de uma Proposta Curricular para o Estado. Diferentemente de outras partes do país, como São Paulo, onde as propostas curriculares ganharam maior visibilidade social, inclusive gerando debates na mídia impressa local, a Proposta Curricular de Santa Catarina (PC/SC) se deu num momento de desconforto do magistério público estadual em relação ao autoritarismo do governo Pedro Ivo Campos.

Nesta direção, a anulação da democracia e a “soberania do mercado” nas últimas décadas permitem-nos compreender, também, a tentativa de construção histórica da “falência das identidades coletivas”, denotando uma impotência orgânica diante dos discursos únicos; de uma política neoliberal que defende a retórica do “inevitável”. Segundo a análise do historiador inglês Eric Hobsbawm (1917-2012), a “soberania do mercado não é complemento da democracia liberal – é uma alternativa a ela e a todo tipo de política, na medida em que nega a necessidade de serem tomadas decisões políticas. A participação no mercado substitui a participação na política”. E este é um desafio que permanece em Santa Catarina, haja vista as coligações partidárias, a manutenção das cepas oligárquicas nas altas esferas do poder estatal e, sobretudo, novas estratégias de controle político e jurídico que aparelham todos os órgãos públicos, incluindo o setor educacional. ■

JÉFERSON DANTAS (Bagé, 1973) é historiador e doutor em Educação (UFSC), professor no Departamento de Estudos Especializados em Educação (CED/EED/UFSC). É autor do livro *Da Ditadura Militar ao Estado Neoliberal: a organização escolar brasileira e a formação docente em Santa Catarina*, que será lançado em abril de 2014 pela CBJE do Rio de Janeiro.



FOTOS MICHELE DINIZ

Iraque, uma história a ser (re)contada

DORVA REZENDE

O embaixador Bernardo de Azevedo Brito escolheu Florianópolis para escrever os relatos sobre o que testemunhou e apr(e)endeu de boa parte do mundo em 53 anos de carreira diplomática. O primeiro de uma série que inclui as suas memórias e um livro de ensaios é *Iraque: dos primórdios à procura de um destino*, resultado de sua experiência de cinco anos e meio à frente da Embaixada de Bagdá até se aposentar, em 2011. Nesta entrevista, Azevedo Brito conta os motivos que o levaram a escrever sobre um Iraque diferente daquele que se imagina. Em seu livro, ele apresenta um país (e um povo) que sofreu com guerras, monarquias impostas, ditaduras, invasões, sanções econômicas, destruição do seu patrimônio histórico, e que tenta se reconstruir e se mostrar como uma democracia em um Oriente Médio conturbado.



Subtrópicos | Por que o senhor escolheu Florianópolis como residência?

Azevedo Brito | Eu me aposentei em 15 de novembro de 2011 e decidi vir para cá. Já conhecia a cidade. Eu estive aqui, durante um período, entre 1998 e 2004. O Itamaraty teve um pequeno escritório regional aqui. Sou um diplomata com uma carreira muito estranha. Porque eu estive muito pouco tempo no Brasil. Comecei a carreira em fevereiro de 1958.

Subtrópicos | Como foi a sua formação? Quando o senhor decidiu ser diplomata?

Azevedo Brito | Nasci no Rio, mas minha família é do Sul de Minas. Os Brito e os Azevedo são daquela região de Furnas. Mas meu pai era médico e professor da antiga Universidade do Brasil, por isso nasci no Rio de Janeiro. Com 20 anos eu entrei na carreira, o que hoje é impossível. Nasci em 1935. Entrei no Rio Branco com 20 anos, para fazer a preparação e o aperfeiçoamento. Eu comecei a carreira na Dinamarca, depois na Noruega, e, na sequência, substituí o poeta João Cabral de Melo Neto em Sevilha. Ele foi o primeiro cônsul, e eu fui o segundo e último, porque fechou o consulado. Depois voltei por três anos ao Brasil e estive seis anos em Nova Iorque, em missão na ONU. Eu pretendia retornar ao Brasil, mas me mandaram para Roma, um belo exílio, de novo seis anos e meio. Quis voltar para o Brasil, mas me mandaram para a África, por 11 anos. Antes disso, houve um hiato. Naquela época havia o que chamávamos de agregação. Estive cinco anos fora da carreira como vice-diretor e, depois, com diretor executivo do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, que é um banco de alimentos — e que muitos confundem com a FAO,

um órgão técnico — coordenando projetos de ajuda alimentar para programas de desenvolvimento.

Subtrópicos | Em quais países o senhor trabalhou na África?

Lino Peres | Eu abri as embaixadas e fui embaixador na Zâmbia, com o Kenneth Kaunda (primeiro presidente); depois no Zimbábue, com o (Robert) Mugabe, que está lá até hoje. Eu abri a embaixada na Namíbia, mas não fui embaixador lá. Foram 11 anos de África, e aí o Itamaraty teve a gentileza de me mandar para Finlândia, uma mudança e tanto, do calor para o frio. Depois Estônia, e aí voltei por quatro anos, e depois saí de novo, para abrir a representação do Brasil na Palestina, em Ramallah.

Subtrópicos | E como o senhor foi parar no Iraque?

Azevedo Brito | Quando eu ia me aposentar, aos 70 anos, fui convidado para ser embaixador no Iraque. Eu poderia recusar qualquer convite, mas Bagdá era uma covardia. Eu disse: tenho que ir, isso é um desafio que eu não posso deixar de aceitar. Pensei que iria ficar dois anos, acabei ficando cinco anos e meio. Ia e voltava entre a Jordânia, onde eu tinha um núcleo, e Bagdá, onde ficava a verdadeira embaixada.

Subtrópicos | O que o Iraque representa para o senhor? O que o motivou a escrever o livro?

Azevedo Brito | Eu tinha outros projetos, as minhas memórias, e alguns outros para os quais eu até fiz bastante pesquisa. Mas eu cheguei à conclusão, ao sair de Bagdá e me instalar aqui, que a visão sobre o Iraque era um tanto distorcida. Os problemas do Iraque de hoje tiveram início na forma-

ção (do país), por Churchill, em 1921. Eu senti que precisava contar essa história da evolução do Iraque, passando por todos os momentos críticos, como a monarquia que foi imposta pelos ingleses. Faisal era um príncipe da atual Arábia Saudita, que também não existia na época. Vem a república em 1958, sempre com mudanças sangrentas, violentas. Em 1979, o Baath, o partido do Saddam Hussein, toma o poder, e pouco a pouco ele assume o controle do país. O Baath é uma curiosidade. Foi criado nos anos 40 por dois sírios: um deles cristão ortodoxo, Michel Aflaq, o outro sunita, Saladin al-Bitar, com a ideia de dar ao nacionalismo árabe um fundamento não religioso. Acima de xiitas, sunitas, cristãos, essa era a ideia do Partido Baath, que teve desde o início duas bases, uma na Síria e outra no Iraque, que logo divergiram por rivalidades entre um e outro. Na Síria, com o regime Hafez (al-Assad), que vai até hoje com o filho, e, no Iraque, com Saddam Hussein. De amigos, ficaram inimigos. Isso levou muito tempo para ser ultrapassado. O Iraque, portanto, de Saddam, é de uma minoria sunita, mas muito tolerante, por sinal, em termos religiosos. Tolerante com os cristãos, por exemplo, com a minoria assíria. Havia por volta de 200 mil, 300 mil judeus em Bagdá. Com a criação de Israel, naturalmente, essa comunidade judaica, que era absolutamente integrada no Iraque, teve aos poucos que se afastar. Era uma comunidade muito bem vista, prestigiada, tanto que não havia sionismo no Iraque, porque ninguém queria sair de lá. Mas na década de 1970, com o agravamento das relações de Israel com os países vizinhos, eles tiveram que se mudar pra lá.

Subtrópicos | O que o senhor pensa de Saddam Hussein? O que o levou a colocar o país nesta situação?

Azevedo Brito | Saddam Hussein teve um erro estratégico terrível, que foi a guerra contra o Irã, motivada em grande parte por um antecedente histórico. O Império Otomano, de onde se originaram os países árabes, tinha um fricção constante com os persas. O (rio) Shat al-Arab e aquela divisão ali sempre foram motivo de conflito entre os persas, xiitas, e o Iraque. Saddam herdou essa tradição. Ele entendeu, aparentemente, que o Irã dos aiatolás tinha se enfraquecido militarmente. E havia no lado Leste do Shat al-Arab uma província que é xiita, mas árabe, não persa, e que o Iraque sempre ambicionou. Foi uma das razões, para ter mais segurança na saída do Golfo Pérsico. Foi uma guerra longa, de oito anos, na qual armas químicas foram utilizadas tanto contra os curdos no Norte quanto contra as hordas de jovens iranianos que vinham totalmente despreparados. Pouco tempo passa, o Iraque de Saddam resolve fazer outra empreitada, invadindo o Kuwait. No caso do Kuwait, também há um componente histórico. Os iraquianos até hoje consideram aquele território a 19.^a

província deles. Mas o que provocou a guerra, mesmo, foi na realidade uma questão financeira. O Iraque havia saído quebrado da guerra contra o Irã. Naquela época, década de 1990, o Kuwait e os Emirados Árabes haviam aumentado as suas exportações de petróleo e, consequentemente, o preço do petróleo havia caído muito. Isso foi trágico para o Iraque, que precisava pagar suas contas. A invasão foi terrível, evidentemente, mas o que se seguiu foram 12 anos de sanções, aquilo foi uma barbaridade. De 1991 a 2003, as sanções foram terríveis. As estimativas de morte nem sempre são precisas, mas se fala em um milhão de mortos, sendo 500 mil crianças com menos de cinco anos, por fome, subnutrição, falta de medicamentos nos hospitais. As sanções, na parte econômica, foram uma verdadeira arma de destruição em massa, aplicadas pelo Conselho de Segurança (da ONU), sem parâmetros, sem preocupação alguma quanto aos riscos de impacto na população, que foi quem mais sofreu. Esta realidade dificilmente as Nações Unidas vão apagar um dia, porque é uma memória triste. O Conselho de Segurança e seus membros permanentes impuseram um tipo de punição que foi mais sentida pelo povo.

Subtrópicos | Por que Saddam Hussein não foi derrubado na primeira guerra do Iraque?

Azevedo Brito | Acho que nunca houve, na realidade, a intenção de depor Saddam e mudar o regime. Não havia convicção, aparentemente, dos países da coalizão que libertou o Kuwait a respeito de uma decisão sobre o que fazer com Saddam. Em 1991, não havia uma alternativa ao Saddam. Em 2003, não houve a cautela de 1991, de pensar o que se iria fazer depois. Em 2003, a invasão foi uma flagrante violação da carta das Nações Unidas. Foi um erro político e uma aberração jurídica. E a prova disso é que nunca foram encontradas as tais armas de destruição em massa.

Subtrópicos | Os anos que se seguiram à invasão do Iraque pela coalizão foram muito violentos.

Azevedo Brito | A invasão virou uma guerra. De *mission accomplished*, missão cumprida, não teve nada. Os soldados foram aplaudidos, o povo ficou alegre e tudo bem, o petróleo jorrou para os Estados Unidos. Mas não foi assim. O Iraque padecia numa guerra de oito anos, de grande sofrimento, de grande destruição. E que não era necessária. A Primavera Árabe provou que o povo no Oriente Médio pode afastar um governo tirânico por si próprio. Nem sempre o resultado que se conseguiu foi brilhante, como na Líbia e no próprio Egito, como estamos vendo. Mas é o povo que deve dar a solução ao seu destino. O que corrobora a correta posição de países como o Brasil e a Alemanha, que foram contrários à invasão. Não era a forma de agir, pelo aspecto jurídico, e porque há que se respeitar o povo.

Subtrópicos | E como está o Iraque hoje?

Azevedo Brito | O Iraque hoje é uma democracia, não há a menor dúvida. Com uma constituição moderna, aprovada em 2005, que tem inclusive curiosidades muito boas. Ela responde à ameaça de desmembramento do Iraque de uma maneira muito inteligente. Ela permite que outras regiões, além da curda, se desejarem, tenham uma maior autonomia. É o que eu chamo no meu livro de geometria variável. Mas hoje temos no Iraque um regime democrático que, certamente, é modelo para o Oriente Médio.

Subtrópicos | Mesmo com todo dinheiro do petróleo, o senhor acredita que será possível reconstruir o país?

Azevedo Brito | Olha, os investimentos estão sendo maciços. A produção de petróleo, em 2013, já estava 3,4 milhões de barris por dia, quase o que se produzia antes da guerra, dos quais, 2,4 milhões são exportados. Nós aqui no Brasil, com muita dificuldade, estamos chegando nos 2 milhões de barris. O fato é que o Iraque está com grandes recursos para investir. E está investindo. É uma das razões por que eu quis escrever o meu livro, para mostrar aos

“As sanções foram uma verdadeira arma de destruição em massa aplicadas pelo Conselho de Segurança (da ONU), sem parâmetros, sem preocupação alguma quanto aos riscos de impacto na população iraquiana.”



empresários brasileiros que não se atenham apenas às explosões, que é uma realidade outra. O Iraque é um país que está crescendo a 9% ao ano. Por maiores que sejam os problemas, há muitos recursos para investir, principalmente em infraestrutura. Os principais problemas são reflexos da situação síria no Iraque, porque os rebeldes sírios são sunitas, e há grande simpatia dos sunitas iraquianos por eles. Mas eu acho que sou otimista quanto ao Iraque. Está rapidamente retomando a sua produção, é possível que agora em 2014 atinja a produção de 4 milhões de barris de petróleo por dia. E bem mais daqui a uns dois, três anos. Portanto, o Iraque irá se transformar brevemente num dos maiores produtores de petróleo do mundo, junto com a Arábia Saudita. As reservas estão aumentando muito. Os 115 bilhões de barris, que se estimava anteriormente com as velhas tecnologias, hoje se sabe que são muito mais. Temos uma democracia e as condições de crescimento são muito boas. Os problemas são relacionados à desconfiança que se tem face ao governo xiita de Bagdá. Mas isso não é tão generalizado. O Irã está muito contente com a situação no Iraque. ■

DORVA REZENDE (São Leopoldo, 1965) é jornalista, mestre em Letras pela UFSC.



REPRODUÇÃO TV

A páscoa de Bernardo

*Sobre o crime bárbaro, duas perguntas:
Quantas crianças de 11 anos têm o Estatuto
da Criança e do Adolescente no seu quarto?
E quanto vale, mesmo, uma vida?*

KATARINA PEIXOTO

Quanto vale uma vida, num sistema jurídico-constitucional que interdita, dentre as suas cláusulas pétreas — em tempos de paz —, a pena de morte? O poeta mexicano, que faz as vezes de ativista político, subcomandante Marcos, disse certa feita que uma vida vale um mundo melhor, e nada menos. É uma afirmação moral em que ecoa o sentido redentor da promessa embutida no suplício sacrificial do Cristo, para os cristãos, da travessia no deserto, em busca da terra prometida, sem escravidão na carne da memória, para os judeus. A páscoa é um mito fundador que expressa de que se deve fazer a fundação moral e política de pessoas e comunidades. Rito sacrificial redentor, libertação, espera pelo tempo geracional em que a escravidão perderá carne, para que a liberdade se torne norma e vida. Não é preciso ser religioso, nem judeu, nem cristão, para entender o alcance e o sentido civilizatório desse mito. Tampouco é preciso ser poeta ou ativista para saber, como Bernardo sabia, que o direito não tem preço e não deve ter.

Bernardo Uglione Boldrini foi assassinado, aos 11 anos, no dia 4 de abril deste ano, no Rio Grande do Sul. Seu corpo foi

encontrado no dia 14, na beira de um rio, em Frederico Westphalen, cidade que fica a 80 quilômetros daquela em que vivia, Três Passos, no noroeste do estado. Quem levou a polícia à cova preparada com antecedência de dois dias para receber o corpo do menino foi uma das acusadas, moradora da cidade em que ela e a madrastra de Bernardo se desfizeram dos seus restos mortais. A acusada que confessou o crime afirmou que Bernardo foi assassinado com uma injeção letal de um anestésico. O pai, médico cirurgião dono de uma clínica na pequena cidade, a madrastra, enfermeira e sócia desta mesma clínica, e uma amiga do casal, que se diz assistente social, estão presos. São os principais suspeitos da execução final de Bernardo, que começou, na verdade, há quatro anos. E aos olhos de todos.

Há pouco mais de quatro anos, a mãe de Bernardo se matou, segundo consta em inquérito, com um tiro na cabeça, na clínica do pai. Ambos estavam em processo de separação, e o pai de Bernardo já se relacionava com quem veio a se tornar madrastra e mãe de sua irmã, nascida há um ano e meio. Bernardo foi morar com o pai e a madrastra, e seu suplício público teve início, aos olhos de uma comunidade de menos de cem mil habitantes.

No jornal se lê que havia interesse econômico e patrimonial, uma briga por herança, como motivações para o crime. É preciso não levar a sério a certeza que tomou conta da cidade para se acreditar nessa tese. É preciso não ter clareza quanto ao fato de que a proteção à criança e ao adolescente, à mulher vítima de violência, deve independer de classe social — se não, não é jurídica, mas uma mera extensão da assistência social. Não há exagero algum em afirmar que Bernardo Boldrini estaria vivo, nem que fosse num abrigo, caso tivesse um pai pobre e uma madrastra, idem. A escola de Bernardo, fosse pública, já teria encaminhado a criança ao conselho tutelar da cidade, a fim de que providências fossem tomadas.

Quantas crianças de 11 anos têm o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu quarto? Bernardo Uglione Boldrini tinha. Em vão, pediu socorro às instituições que deveriam protegê-lo. Mas as mensalidades estavam em dia, a família de classe alta tinha intimidade a ser “invadida” (isso sugere que as famílias pobres não tenham intimidade, em tempo?). Ele era o coroinha da cidade, era amparado por famílias que hoje choram e provavelmente sentem culpa por terem se ausentado quando o Ministério Público as aguardava, com a confirmação da intenção de acolhê-lo em seus núcleos familiares.

Páscoa significa passagem e, tanto para os judeus, como para a sua apropriação cristã, essa travessia é uma metáfora da libertação. Para os judeus, está em jogo a libertação da escravidão, da humilhação e dos abusos sobre um povo inteiro. Foi Spinoza que, salvo engano, pela primeira vez na história do pensamento, tratou o significado da páscoa judaica em toda a sua universalidade, buscando, nesse traço universal, fundamentar a inteligibilidade de toda comunidade política legítima.

Para os cristãos, a páscoa também é travessia e libertação e contempla o mais doloroso e radical rito sacrificial das religiões monoteístas. O filho de Deus ele mesmo, entrega-se ao suplício e à morte, e faz deste sacrifício a travessia para a libertação. A cruz em que criminosos eram punidos torna-se o símbolo de dor e o signo de um compromisso moral e religioso, com a vida encarnada e com a vida além da morte da carne. A liberdade se torna um reino a que todos os homens e mulheres pertencem, sem outra condição que um dispositivo consciente e moral, fora da história, aquém e além da vida política e comunitária.

Este crime bárbaro interpela e opera qual um anzol rasgando o fígado: quanto vale, mesmo, uma vida? Vale a legitimidade de uma comunidade política qualquer, isto é, vale a vida de todos, diria Spinoza. Vale todo o sacrifício implicado pela nossa possibilidade de sermos maiores do que nós mesmos, e sobrevivermos ao nosso sangue, diz-nos a mitologia cristã. Uma vida vale, em suma, e em bom direito, uma páscoa. ■



FOTOS DÉCIO LOPES

Um tesouro a cada semana

Série de tevê gravada apresenta 52 museus de todo mundo e revela a certeza de que respeitar o “mercado” não se opõe à excelência acadêmica ou curatorial

DÉCIO LOPES

Visitar 52 museus por todo o mundo. Esta foi a missão que o canal +Globosat me passou em março de 2013 e, obviamente, o primeiro pensamento que me veio à cabeça foi algo como “Uau” ou “nada mau...” ou, mais provavelmente, um palavrão de excitação.

Minha equipe e eu tínhamos um ano para roteirizar, gravar imagens e editar breves documentários sobre os melhores museus do mundo.

Um trabalho dos sonhos — embora extremamente cansativo (como todos os trabalhos, mesmo os dos sonhos) e complexo, já que travariamos contato com uma incrível diversidade de temas, instituições, histórias, culturas, povos... Um baita desafio.

Arrumamos a mala e fomos em frente. Louvre, Prado, Orsay, MoMA, Galeria Nacional de Washington, Alte Pinakothek de Munique, MALBA, MASP, Artes da Catalunha, História Natural de Nova Iorque, Arte Moderna de Nice, Thyssen-Bornemisza, Casa de Mozart, Van Gogh, Rijks, British... E ficar apenas nos medalhões e nos clássicos seria um erro. Muitos são os caminhos que a humanidade encontra para expressar-se, para contar as suas histórias, para eternizar os seus momentos. Por isso, sem preconceitos! E, assim, incluímos os museus do Barça, do Boca Juniors, da Mercedes-Benz, o New Museum, o Museu do Perfume, o Museu do Humor, o Smithsonian do Ar e do Espaço... e até um louco Museu do Neon, em Las Vegas.

Incrível como em TODOS eles havia grandes histórias. Como todos, cada um ao seu modo, conseguem nos tocar. De todos apren-

di algo. Em todos me diverti. Quase todos, de algum modo, me mudaram um pouco. Para melhor, espero.

Vivi situações muito loucas, como ficar sozinho por uns bons 10 minutos com a *Mona Lisa*. Sabe aquele salão gigante do Louvre, que vive lotado de turistas, e de onde, por entre cabeças e ombros de diversas nacionalidades, mal conseguimos ver uma pontinha da *Gioconda* — a maior celebridade de todos os tempos...? Então. Era dia de manutenção no museu e ficamos ali sozinhos por momentos que se pareceram com séculos. Ou segundos, ainda não sei bem.

Só sei que ela me olhava. E eu retribuía o olhar. E a bela toscana — pura magia! — reagia sem frieza a este olhar.

Entre um mundo de sentimentos, pensamentos e loucuras, lembrei-me da minha timidez ao olhar Lênin, na Praça Vermelha (a segunda maior celebridade de todos os tempos? Não sei, mas entre as dez, com certeza). Como era difícil e incômodo estar ali, observando um homem morto. Como era tétrico olhar para ele, invadir um espaço que não me pertencia.

Com a *Mona Lisa* foi muito diferente. Logo ficamos íntimos e nos gostamos.

A arte pode ser mais real que a vida. Muito mais ainda que uma imitação da vida.

E as *Ninfeias*, de Monet? Sem exagero, passei meia hora com elas. Só para mim. Sim, vocês têm que perdoar o meu instinto infantil e carente, mas ali elas eram só minhas. Eu e as *Ninfeias*, numa sala vazia, por meia hora.

Eu poderia relatar dezenas de outras histórias. Seria até bacana para registrar muitas delas, que, ao contrário das pinturas de Ticiano — com justiça —, acabarão esquecidas.

Mas tudo bem. Não ligo. Estou absolutamente conforado com o fim de tudo em riso e esquecimento.

Mas fico feliz em saber que, muito além do meu irrealizado diário desta viagem inusitada, os documentários seguirão por aí, exibidos pelo +Globosat e disponíveis no Now da Net. Missão cumprida. O brasileiro, que nem sempre tem a oportunidade de viajar pelo mundo, poderá ver em casa um pouco de todos aqueles tesouros, poderá sentir um pouco das emoções contidas em

cada desejo transformado em tinta, pedra, papel ou poesia.

Realmente me deixa muito feliz imaginar que milhões de pessoas desfrutarão disso. Sinto uma profunda sensação de recompensa ao saber que o trabalho em tevê pode ir além da mera bobagem (sem desmerecer totalmente a bobagem, por favor). Fico feliz também em constatar que ainda há canais comerciais apostando neste tipo de programação.

E é assim que volto aos museus.

Esta é a grande lição deste projeto: se há algo que une todos as grandes instituições que visitei, este elemento provavelmente é o profundo desejo de comunicar-se com as multidões. O respeito pelas multidões.

Por isso estes museus são fenômenos.

Porque se sabem preciosos, mas não se envergonham de dialogar com todos, de oferecerem-se como produtos — sim, produtos! Atrações. Obviamente sempre com o devido cuidado para manterem os seus avançadíssimos departamentos de pesquisa, para não se tornarem parques temáticos das artes e da história. Mas sem o menor medo de serem populares. Que bom!

Os tesouros colecionados por estas instituições — e que seus povos lindamente souberam construir — são um espetáculo para TODOS. Cada um com a sua leitura, com o seu olhar, com o seu tempo e a sua reação. Mas TODOS conseguindo comunicar-se com aquilo tudo.

Aos dirigentes, é preciso uma visão simples, inteligente e aberta — com a certeza de que respeitar o “mercado” (sim, uso esta palavra intencionalmente) obviamente não se opõe à excelência acadêmica ou curatorial. Este é o ponto que os une.

Saio do projeto mudado. E espero que, de algum modo, os documentários afetem as pessoas que os encontrarem pelo caminho. Esta é a magia da arte. Este é o barato de expressar-se e de entrar em contato com outras pessoas expressando-se. A mudança.

Nenhuma forma genuína de expressão é infértil. Mesmo que desperte a gargalhada de desdém ou o comentário de desprezo, ela acontece. A *Olympia*, de Manet, e os retratos de Modigliani não me deixam mentir. Logo eles... Pretensão a minha.

Ok, Cezanne queria maravilhar Paris com uma maçã. Eu me contento em, com um zap do controle remoto, despertar a curiosidade de quem nem imagina, mas pode criar maravilhas. E maçãs. E, assim, falar com o mundo. ■



FOTO DOMÍNIO PÚBLICO/CENTRO EDITOR DE AMÉRICA LATINA

O suicídio como uma das Belas Artes (versão latino-americana)

A morte veio para Leopoldo Lugones em uma dose de uísque com cianureto, feito o metal incandescente de sua escrita modernista, que atualizou a língua espanhola

HERON MOURA

O modernismo literário latino-americano é contraditório como nosso continente. Poetas da cidade cosmopolita, mais aspirada que real, compunham idílios campestres: salgueiros, margaridas, rosas, anêmonas e pessegueiros povoam os poemas de *As Horas Douradas*, do escritor argentino Leopoldo Lugones (1874-1938). Autores modernistas como Lugones atualizaram a língua espanhola, mas a linguagem na qual escreviam era carregada de “um passado imemorial” (Octavio Paz).

Busca e evasão do mundo compunham o ambiente contraditório no qual poetas da América Latina, no início do século passado, tinham uma tendência voluptuosa ao suicídio cultural. Cometiam o suicídio de escrever uma nova língua, e o evitavam sobrecarregando-a com o passado espanhol. Eram estetas numa terra de cavalos e de caudilhos.

Havia uma espécie de transe e de confronto, muito mais tenso que o modernismo brasileiro, que foi mais cotidiano, banal e nacionalista. No Modernismo latino-americano de língua espanhola, o simbolismo marcadamente europeu adquiria, às vezes, um traço concreto de angústia.

Conto mais famoso de Lugones, *Chuva de Fogo* exhibe esse contraste entre um ambiente onírico e uma atenção angustiante aos detalhes. Na Gomorra bíblica, um homem rico, solitário em sua casa grande a cavaleiro do povoado, vê cair do céu, primeiro de forma moderada, e depois torrencialmente, uma chuva de metal incandescente. Nos intervalos das torrentes de cobre, o solitário tenta se agarrar aos hábitos de sua vida de solteirão: leitura e gula. Era um poeta: devorava as palavras como um *gourmet*.

Lá fora a chuva metálica não dava tréguas. As chispas vinham de todo lugar, e de nenhuma fonte precisa. O poeta (supomos que seja um) não quer ceder ao ataque aéreo do cobre: lamenta-se estoicamente, na placidez de seus cinquenta anos. Pensa com horror nas suas posses situadas depois do deserto. Como Nero, sobe na sua varanda para ver, lá de cima, a cidade em chamas. A chuva em combustão o isola de novo na casa, dessa vez numa cisterna subterrânea. Consola-se com o vinho que há ali. Termina se envenenado com cianureto, numa última voluptuosidade de homem rico e de poeta.

Leopoldo Lugones era um homem surpreendente. Começou como socialista, depois foi nacionalista, e, na maturidade, se transformou num ideólogo do conservadorismo argentino. Influenciou Borges (conservador como ele) e Cortázar (socialista como ele o foi na juventude). Escreveu sobre os cavalos de Abdera e sobre guerras gauchescas.

Lugones matou-se ingerindo uma dose de uísque com cianureto, em 1938. Tinha a seu lado uma arma, que não usou. Antes, em 1924, fizera um discurso intitulado “A hora da espada”. Apoiou a ditadura do general Uriburu. O filho de Lugones, Polo, deu uma contribuição ainda mais original à história da infâmia: foi o inventor da *picana*, um instrumento de tortura por eletrochoque, parecido com as *Tasers* atuais. Polo Lugones se suicidou em 1971. Pirí era filha de Polo e neta de Lugones. Militante montonera, morreu torturada pela ditadura militar argentina, em 1978. Foi torturada com a *picana*, inventada por seu pai. ■



FOTO TOPAZIO FILMES

O bacanal de Ivan Cardoso

O catarinense Gurcius Gwedner foi ao Rio de Janeiro tirar o mestre do terrir do sarcófago, e o resultado foi um quebra-cabeças de invenção do primeiro ao último fotograma

MARCO MARTINS

Li em algum lugar, dias atrás, que o artista brasileiro deixou de ser artista e virou proponente. O artista está refém dos editais, fundos e leis que regem a política pública de apoio à produção nacional. O proponente, no caso, aguarda ansioso ser o escolhido pelos jurados, pelos diretores de *marketing*, comissões de avaliação e toda sorte de *experts* que irão julgar se o projeto de filme, do espetáculo teatral, da exposição, deve ou não ser realizado-viabilizado com dinheiro público.

Falando especificamente de cinema, existe uma “espécie” de realizador que não topa com esse mecanismo. O cineasta que bebe na fonte do *udigrudi*, do cinema marginal, que não está interessado em exibir seus filmes nas salas *multiplex*. Eles correm por fora, criam sem parar, são apaixonados pela sétima-arte e transpiram cinema. Usam recursos próprios, contam com a ajuda dos amigos (na frente e atrás das câmeras).

Vez ou outra surge um mecenas interessado em bancar a produção. Exibem seus filmes em festivais de cinema, cineclubes, muros e paredes. Estes cineastas propõem obras livres, sem concessões e torcem o nariz para a política pública atual. Costumam dizer que o cineasta que espera acumula ferrugem sobre os olhos.

No último *Floripa Noise* (festival curiosamente viabilizado com verba pública, via

Edital Elisabete Anderle), foram exibidas dezenas de filmes brasileiros produzidos sem apoio estatal. As sessões do Cinema de Boteco contaram com filmes de Peter Baierstorff, Gurcius Gwedner e Ivan Cardoso, a atração principal do evento. Entre um copo e outro de cerveja gelada, o público teve a oportunidade de assistir, em primeira mão, aos trabalhos mais recentes destes e de outros cineastas.

Ivan declarou, em 2013, que vinha sofrendo censura por parte dos concursos e que há 11 anos não recebia verba pública para produzir seus filmes. Num tom de deboche, disse que resolveu então seguir os passos de Rogério Sganzerla e “avacalhar”. Com a ajuda do catarinense Gurcius, ele pariu a obra intitulada *O Bacanal do Diabo e outras fitas proibidas de Ivan Cardoso*. O avacalho saiu pela culatra. Segundo o diretor, trata-se do melhor filme brasileiro do ano passado. Foi o filme mais falado do *Floripa Noise*.

A obra é uma viagem no tempo (e no espaço) proporcionada pela montagem. Cinearqueologia, uma ficção delirante, esquizofrênica e descompromissada. O corte faz a ponte entre o hoje e os longínquos anos 70/80. Um filme de época filmado na época, coisa com que só Ivan, o terrível, poderia nos presentear. Cláudia Ohana sentada num penico, Cissa Guimarães de uniforme colegial num parque de diversões, Bob Dylan no Rio de Janeiro, John & Yoko em Foz do Iguaçu, vampiras, Mojica e pelos pubianos,

O Bacanal do Diabo e outras fitas proibidas de Ivan Cardoso é uma colcha de retalhos muito bem costurada/remendada por Gurcius Gwedner. Um quebra-cabeças multicolorido, inventivo do primeiro ao último fotograma. Montado por quem sacou toda e qualquer sutileza da tesoura de Silvio Renoldi, o *final cut* de Gwedner joga para o futuro os rolos de super-8 filmados na década de 70 pelo mestre do *terrir*. Editado como uma sessão de 20 curtas, o filme apresenta o formato de uma eletrizante programação: o *Cine AC Night and Day*. “Uma sessão que sempre começa quando você chega”, ou ainda, “Filmes feitos para você assistir dançando!” — completa o *slogan*.

A parceria entre Gurcius e Ivan não é inédita. *O Bacanal do Diabo* é um dos muitos resultados da aproximação entre os dois cineastas. Nascido em Joinville, Gurcius Gwedner, após morar um tempo em Florianópolis, foi para o Rio de Janeiro decidido a tirar Ivan do sarcófago. Assumiu de vez o papel de produtor, montador e assistente do mestre, e juntos anunciaram a produção de uma dezena de curtas experimentais criados de forma independente. *Monstrolândia*, *Rota 69* e *Com a Boca na Botija*, realizados de forma rápida e inventiva, marcam o início do trabalho.

Roubando as palavras de Jairo Ferreira ao se referir a *O Segredo da Múmia*, *O Bacanal do Diabo* “possui uma estrutura narrativa facilmente assimilável por qualquer espectador, o filme é cinema de forma agitando fórmulas”. Porém, à diferença de muitos dos filmes anteriores do diretor, como *As Sete Vampiras*, *O Escorpião Escarlate*, ou ainda o próprio *O Segredo da Múmia*, dificilmente *O Bacanal do Diabo* será exibido em circuito de exibição comercial de cinema. Não foi feito para isso. Trata-se de uma obra radical, vertiginosa, explícita e sem par, hoje, na cinematografia nacional. Poucos filmes produzidos no Brasil que chegam às salas demonstram esse sopro de inventividade injetado por Gurcius Gwedner na carreira de Ivan Cardoso. ■



MARCO MARTINS (Lages, 1978) é cineasta, sócio-fundador da produtora Vinil Filmes. Dirigiu os curtas *Veludo & Cacos-de-Vidro* e *Beijos de Arame Farpado*. Para a TV, dirigiu a série de documentários *Ilha 70*.

Lilian Barbon

(Joaçaba, 1983) é fotógrafa e artista visual. Mestre e bacharel em Artes Visuais pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e especialista em Fotografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Desde 2005, vem pesquisando questões relacionadas à identidade, ao corpo e à autorrepresentação na fotografia, percorrendo o país com oficinas, *workshops* e exposições. Recebeu diversos prêmios e menções honrosas, tendo seu trabalho apresentado em inúmeras mídias, *sites* e revistas de fotografia e artes.



“Em meus trabalhos, busco explorar a fotografia como uma espécie de espelho manuseável, utilizando principalmente meu corpo como objeto, deformando-o, multiplicando-o, fragmentando-o, produzindo diversas séries de autorretratos fotográficos. Nesta imagem, proponho um autorretrato, parte de uma série intitulada *Naturalmente Humana*, realizado no ano de 2012, em parceria com o desenhista Tadeu Vasconcellos no Studio Tattoo.” ■